

Serviços de Registo: Ministério da Justiça recebe contributos dos trabalhadores e das estruturas sindicais para melhorar resposta ao cidadão

O Ministério da Justiça, atendendo à necessidade de otimizar a capacidade de resposta dos serviços do Registo e de melhorar as condições de trabalho daqueles que os prestam, tem procurado promover o contacto com os trabalhadores no terreno, mas também através das suas estruturas sindicais.

Em maio, a equipa governativa da Justiça iniciou um roteiro que já passou por diversas conservatórias de norte a sul do país, com o objetivo de estreitar a colaboração com os serviços, que se constituem como a primeira linha de resposta às necessidades dos cidadãos e das empresas. Ainda no mesmo mês, o Secretário de Estado da Justiça reuniu com os sindicatos representativos dos trabalhadores dos registos, demonstrando abertura para incluir os seus contributos numa visão participada e integrada do sistema, que servirá de base a um novo ciclo de transformações na Justiça.

Estas transformações têm vindo a ocorrer no terreno, sendo disso exemplo a renovação, entre 2021 e 2022, de três mil equipamentos informáticos e a anunciada conclusão deste processo até meados do próximo ano.

Ainda no que se refere à melhoria das condições de trabalho nos serviços do Registo, o Conselho Diretivo do Instituto dos Registo e Notariado (IRN) apresentou hoje aos seus funcionários o seu Plano de Atividades onde

sinaliza alguns objetivos que se responsabiliza a assumir, designadamente ao nível dos recursos humanos, regularizações de progressões na carreira, saúde no trabalho, melhores equipamentos e renovação de instalações.

O Ministério da Justiça e o Conselho Diretivo do IRN reafirmam o seu empenho em, de forma articulada e progressiva, ultrapassar as necessidades de cada um dos serviços de registo e de todos os colaboradores que diariamente se esforçam em prol do melhor serviço público.